

TOMO

Artigo recebido e
publicado em 2004

CENTRO, DIREITA E ESQUERDA NAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DOS RESULTADOS ELEITORAIS*

*Helcimara de Souza Telles***

A CLASSIFICAÇÃO DOS PARTIDOS POR IDEOLOGIA

O artigo analisa o desempenho eleitoral dos partidos, classifica-os a partir de um critério ideológico, que os reduz às alternativas tricotômicas de centro, direita ou esquerda¹. A escolha por uma categoria dicotômica - progressistas e conservadores - diminuiria a importância dos partidos que poderiam ser distribuídos ao longo do centro, e a ciência política nacional e internacional tem atribuído ao centro um

* Este artigo é uma versão modificada de uma parte de minha tese de doutorado, defendida na USP em abril de 2003, com o título "Os partidos e a competição política: uma análise dos resultados eleitorais do PT na Câmara dos Deputados - 1982/1998". Agradeço à FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - pelo apoio financeiro e bolsa durante o doutorado, e a Marcelo Simas pelas sugestões e leitura.

** Doutora em Ciência Política e Professora do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NPGED/UFS), através do convênio ProDoc/CAPES. (mara-telles@uol.com.br)

¹ A principal contribuição teórica sobre a validade atual da dicotomia 'direita x esquerda' encontra-se em Bobbio (1995), que afirma que a distinção entre estes dois pólos tem referência na diversidade de juízo - positivo ou negativo - sobre o ideal de igualdade.

papel relevante, e demonstrado a existência de um terceiro padrão de política, intermediário, entre os pólos de esquerda e de direita (Castels & Mair, 1984).

Uma parte da literatura sobre o sistema partidário brasileiro o tem apresentado como subdesenvolvido (Lamounier & Meneguello, 1986), com baixo grau de institucionalização (Mainwaring, 2001) e composto por partidos vulneráveis (Baquero, 2000); outros estudos têm procurado apontar para uma gradual afirmação de elementos que podem estar associados à consolidação do sistema de partidos (Kinzo, 1993; Lima Júnior, 1993; Nicolau, 1996). A possibilidade de se agregar os partidos políticos em blocos ideológicos ocorre no interior desta discussão.

Os debates sobre a distribuição dos partidos em quadrantes ideológicos, não raro trazem a expectativa de que o calendário eleitoral seja um processo de ideologização da escolha eleitoral. Lamounier (1991:39) aponta que o voto ideológico tem um caráter geral “que o leva a expressar-se por meio de verbalizações ou símbolos abrangentes, corresponde ao que se tem chamado de uma ‘visão de mundo’, ou seja, uma visão globalizante dos conflitos e tendências de mudança na sociedade”. Mas o autor chama a atenção para o fato de que a compreensão da escala direita-esquerda como referência para o voto é limitada pelo baixo grau de escolaridade do eleitor brasileiro. Deste raciocínio pode-se depreender que há dificuldades para que os partidos ajam ideologicamente visto que, se o eleitor não possui clareza a respeito dos próprios princípios que norteiam sua decisão de voto, não se pode ter a expectativa de que os partidos se dissociem dos eleitores e sejam portadores de ideologia.

A primeira tentativa de classificar ideologicamente as organizações partidárias surgidas no período de redemocratização foi realizada no Rio de Janeiro, em 1982, através de um *survey* (Souza et alii, 1985), no qual os eleitores alocaram os partidos nas seguintes escalas: direita - PDS; esquerda - PT e PDT; centro - PMDB e PTB. Posteriormente, outros estudos incorporaram à avaliação ideológica critérios como o voto dos membros de cada um dos partidos, durante o funcionamento da Assembléia Constituinte, entre 1987 - 1988 (Lima Jr., 1993:135). Em 1989, antecedendo as eleições presidenciais, novamente foi realizada uma pesquisa, semelhante à de 1982, na qual o eleitorado do Rio de

Janeiro indicou como esquerda o PT, PDT, PSB, PCB e PC do B; abrigou o PSDB, PMDB, PDC, PTB, PL e PRS ao centro e reuniu o PFL, PRN e PDS à direita.

Kinzo (1993) examina a legislatura de 1987/90 a fim de estabelecer se existem posições ideológicas diferenciadoras entre os partidos brasileiros. Primeiro, acompanhou as votações mais relevantes ocorridas durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, distribuindo os partidos em uma escala de governismo e de conservadorismo, demonstrando que os partidos assumiram posturas diferentes no Congresso: os mais governistas e conservadores foram o PFL e o PDS; o PMDB ficou ao centro; ao passo que o PT, o PDT e o PSDB mantiveram posicionamentos de esquerda.

Kinzo incorpora à sua análise o legislativo estadual (1987/90), descrevendo os perfis ideológicos dos partidos através do autoposicionamento de seus membros, a posição na qual os representantes incluem o seu partido e a classificação dada às legendas pelo conjunto dos deputados. De acordo com a avaliação realizada pelos deputados, os partidos foram divididos em: esquerda - PT; centro-esquerda - PDT e PSDB; centro - PMDB e PTB; centro-direita - PL, PDC, PFL e PDS. A autora juntou ainda questões referentes às atitudes dos deputados estaduais frente aos temas sobre o sistema econômico-financeiro e a ideologia, construindo índices de *'esquerdo-estatismo'* e de *'nacionalismo'*. Por estes critérios, o PT seria o partido mais à esquerda, dado o volume de posições estatistas de seus representantes; o PDS, o PDC, o PFL e o PRN assumiram posições de direita na escala de esquerdo-estatismo, mas o mesmo não ocorreu com relação ao nacionalismo, em que os partidos, de modo geral, inclinaram-se a apoiar medidas de cunho nacionalista. O estudo conclui que há uma tendência a que o PDT e o PT assumam posturas diferenciadas dos demais partidos em relação aos temas econômicos e sociais, estando à esquerda das demais legendas, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1: Escala de esquerdo-estatismo (de 1 a 10)

	Nacional	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul
PT	8.9	8.9	8.4	9.3	9.0	8.4
PDT	6.5	5.6	7.0	6.0	7.2	6.0
PSDB	6.2	6.0	7.6	5.1	6.0	6.6
PMDB	4.8	4.7	4.6	5.3	4.5	4.4
PTB	4.7	-	5.4	5.1	4.4	2.9
PL	4.7	4.5	-	4.8	4.7	3.7
PDS	4.1	4.9	3.5	4.4	3.2	4.3
PDC	4.1	4.3	4.5	4.0	3.6	6.3
PFL	4.0	3.5	3.3	4.1	4.1	4.0
PRN	3.9	4.2	-	3.2	3.9	4.4
Média Geral	5.0	4.9	4.6	4.9	5.3	4.8

FONTE: Kinzo, Maria D'Alva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Centro de Estudos Konrad-Adenauer-Stiftung, (1993:81).

Ao analisar as eleições brasileiras de 1990, Lamounier (1991) sugere a diferença entre o “voto ideológico” e o “voto plebiscitário”, como conceitos contrapostos. O primeiro supõe uma forte articulação entre muitos elementos; o segundo se refere a um confronto unidimensional, no qual as outras diferenças são atenuadas. Neste sentido, o elemento plebiscitário pôde eventualmente se sobrepor às clivagens básicas esquerda/direita ou moderno/arcaico, em alguns estados, nas eleições majoritárias de 1990. Mas, de modo geral, estas eleições não teriam sido marcadas por um sentido plebiscitário nem ideológico, ainda que os pólos extremos tenham se fortalecido no Congresso. A ausência de uma marca nítida nas eleições majoritárias de 1990 decorreu, segundo o autor, do elevado grau de dissensão no interior dos grandes partidos, que é consequência da especificidade e complexidade dos sistemas políticos estaduais. Mesmo acreditando que o quadro partidário brasileiro tenda mais à fluidez do que à consistência ideológica, e mesmo supondo que o eleitor não distinga claramente entre as escalas esquerda-direita, Lamounier apresentou a seguinte classificação para os partidos: esquerda - PDT, PT, PC do B, PCB e PSB; Centro - PSDB e PMDB; Direita - PFL, PTB, PDS, PDC, PL e PRN.

Observando o espectro ideológico da Nova República em linhas gerais, Meneguello (1994) apresenta um cenário de fragilidade dos partidos políticos, que não representaram clivagens sociais básicas. Isso produziu uma multiplicação de legendas, organizadas menos em termos de identidades ideológicas e em torno de questões substantivas e mais direcionadas aos interesses de cunho privado ou populistas, o que significou que a década de 1980 teve um saldo institucional negativo. De modo geral, a autora considera que as eleições de 1990 reforçaram o bloco congressista conservador, e que o pleito de 1994 reafirmou a incapacidade dos partidos de agirem como representantes e articuladores de ideologias. Ao mesmo tempo, as crises internas levaram a um baixo grau de coesão no interior dos partidos, e por sua vez, o eleitorado diminuiu o seu interesse pela vida política. Tendo como base o critério ideológico, a autora distribuiu os partidos entre esquerda - PT, PDT, PCB, PC do B, PSB e PSTU; centro - PMDB e PSDB e direita - PFL, PTB, PDS, PDC, PL, PRN e PP.

Limongi & Figueiredo (1995) analisaram as coalizões e a coesão partidária a partir das votações nominais em plenário, na Câmara dos Deputados, no período de 1989/94, e observaram que: (a) os líderes definiram a posição de seus partidos em 85% dos casos; (b) em mais de 90% das votações, a porcentagem de votos disciplinados possíveis foi superior a 80%; (c) os pequenos partidos tiveram um comportamento que não gerou instabilidade no plenário; (d) a fragmentação nominal na Câmara dos Deputados ocultou uma baixa fragmentação real. Assim, foi possível não somente confirmar um alto grau de disciplina, como também de previsibilidade no plenário, contrariando estudos anteriores. A partir disto, puderam afirmar que existem blocos ideológicos, no interior dos quais se posicionam os partidos em seu desempenho parlamentar. Os autores calcularam as distâncias ideológicas entre os partidos, o que resultou na seguinte composição: direita (PDS/PPR, PFL, PTB e PPD - Pequenos Partidos de Direita); Centro (PMDB e PSDB); Esquerda (PDT, PT e PPE - Pequenos Partidos de Esquerda).

Finalmente, recentemente Meneguello, Mainwaring, Power (2000) apresentaram os resultados de suas pesquisas sobre a votação nominal e as atitudes dos parlamentares em relação à democracia e às questões

econômicas, institucionais e sociais. O estudo visava identificar a clivagem esquerda-direita a partir das posições programáticas assumidas pelos parlamentares tanto na Assembléia Constituinte de 1988, quanto no período da legislatura de 1990/1997. Os autores sustentam que os partidos conservadores se diferenciam no Congresso por suas posições: "os partidos de direita não são altamente ideológicos no sentido de se aliarem de forma vigorosa e defenderem um conjunto coerente de políticas, mas as distâncias programáticas são amplas no âmbito das elites" (p.42). Portanto, os partidos podem ser identificados como de direita a partir de suas adesões a uma agenda temática. Um dos méritos desta pesquisa é o de que, diferente das primeiras análises realizadas sobre ideologia partidária, este último estudo insere na avaliação o posicionamento programático dos pequenos partidos de direita. O bloco conservador compõe-se dos seguintes partidos: PDC, PMB, PMN, PP, PSC, PSL, PST, PTB, PTR, PDS, PFL, PPB, PPR, PRN, PRONA, PRP, PSD.

Além dos trabalhos que situam as escalas direita-esquerda a partir do comportamento dos parlamentares, pode-se ainda pensar estas categorias a partir do reconhecimento feito pelo eleitorado. Conforme os dados da pesquisa *Cultura Política*, realizada por Guilhon & Balbachevsky em 1990, os eleitores classificaram à esquerda o PT, o PDT, o PCB e o PC do B; o PSDB, o PMDB, o PL e o PTB ficaram ao centro e o PDS, PFL e PRN à direita. O mesmo *survey* foi repetido em 1993, e a posição dos partidos sofreu algumas alterações, com o PMDB tendendo à direita e o PTB e o PL aparecendo sem uma posição muito definida perante a percepção do eleitorado. Em 1995, Balbachevsky realiza uma pesquisa com o público paulista e solicitou que os partidos fossem posicionados na escala ideológica. Desta feita, o PMDB retoma o lugar ao centro, juntamente com o PTB, o PSDB e o PL.

Os dados e argumentos apresentados por estes estudos fornecem indícios de que há condutas políticas e espaços ideológicos capazes de balizar a disputa política e eleitoral. Mas se os partidos defendem posições coesas na Câmara dos Deputados, tendem a assumir no plano estadual preferências que podem estar sendo norteadas pelos embates políticos locais, e por isto os partidos são heterogêneos e propensos a se

orientar, nas eleições estaduais, mais pelo pragmatismo do que pela ideologia (Simas, 1999)². Se isso não impede uma classificação dos partidos, coloca algumas dificuldades para a construção de uma tipologia ideológica, que para ser mais apurada deveria considerar também a complexidade e diversidade dos sistemas políticos estaduais.

Mesmo que se tomem o comportamento dos partidos nas votações em plenário e as atitudes dos parlamentares em relação a temas econômicos e sociais como o mais apurado indicador de 'ideologia', a classificação dos pequenos partidos ainda permanece controversa, pois deveria incorporar o seu comportamento regional, nas Assembléias Legislativas, e as suas alianças eleitorais preferenciais, nos estados. O padrão de ação política destes pequenos partidos ainda não mereceu estudos mais aprofundados, e a diversidade das políticas que realizam nos estados não permite classificá-los, como consistentemente orientados, a qualquer ideologia, seja ao centro ou à direita, ainda que se possa dizer que os pequenos partidos de esquerda apresentam comportamento mais coerente e disciplinado nas disputas estaduais.

Ainda assim, classifico os partidos por ideologia, o que significa assumir que padrões semelhantes aos das votações na Câmara dos Deputados podem ser aproximados aos observados na disputa eleitoral. Apresento uma tipologia que considera os estudos anteriores sobre o comportamento dos parlamentares, mas incorporo uma categoria residual de partidos indefinidos. Ademais, pode-se conjecturar que em alguma medida a escala esquerda-direita possui significado para o eleitor, pois "os dados colhidos desde 1990 evidenciam que o eleitor saber usar o critério ideológico para distinguir os partidos políticos" (Singer, 2000:142). Portanto, também irei considerar as últimas pesquisas realizadas, que so-

² Os testes realizados por Simas (1999:56) confirmam que as coligações realizadas nas eleições proporcionais de 1998 tiveram mais relação com as estratégias e com os acordos feitos entre os partidos, do que com a ideologia que eles professam. O que mais determinou a decisão de um partido coligar-se foi a possibilidade de se aproveitar das facilidades que a regra eleitoral concede aos partidos, e não qualquer vinculação a um programa político específico. A ideologia mostrou pouca capacidade preditiva para motivar os partidos a se coligarem.

licitaram ao eleitor que caracterizassem os partidos na dimensão espacial esquerda-direita. Ao distribuir os partidos, levo em conta a percepção do eleitorado, e assumo algumas das suas classificações. Nesta pesquisa, a distribuição dos partidos pelo critério ideológico ficou assim definida:

Quadro 1: Classificação dos partidos por ideologia (1982/1998)

Esquerda	PT - PDT - PSB - PC do B - PCB - PPS/PCB - PV - PSTU
Centro	PMDB - PSDB - PP - PL - PTR - PST
Direita	PFL - PDS/PPR - PTB - PPB - PRN - PRONA - PDC - PSD
Indefinidos	Todos os demais partidos

O bloco formado pelas legendas de esquerda não é controverso na literatura e inclui oito partidos, todos eles ideologicamente orientados: o PT, o PDT, o PSB, o PC do B, o PCB/PPS, o PV, o PSTU e o segundo PCB, sendo que os três últimos passaram a disputar a partir das eleições de 1994.

A classificação dos partidos de direita e de centro pode gerar alguma polêmica, em função da aparente diversidade de perfil. Sob o manto de direita deixei de abrigar o PMB, PMN, PSC, PSL, PRP, indicados pelo recente estudo de Meneguello et alii, como conservadores. Estes partidos foram excluídos do bloco de direita e incluídos no agrupamento dos 'indefinidos'. Os atributos que são compartilhados pelo bloco de indefinidos, principalmente a ausência de uma forte componente ideológico, são elementos mais importantes do que aqueles que possam vir a diferenciá-los e caracterizá-los como partidos ideologicamente orientados para um programa.

Sob o campo do centro, além do PMDB, PSDB e PL, abriguei o PP, o PTR e o PST, tríade apontada como conservadora no mesmo estudo de Meneguello et alii. A justificativa para que estes partidos compoñham o bloco do centro deve-se ao fato de adotarem uma política menos conservadora e mais progressista em alguns importantes colégios eleitorais do país, como no Rio de Janeiro, onde foram catalogados como partidos

de centro (Schmitt, 1977), juntamente com o PL. No trabalho a ser desenvolvido, o PL será distribuído ao 'centro', acompanhando a igual percepção do eleitorado de São Paulo e do Rio de Janeiro, em *surveys* consecutivos e distintos.

O DESEMPENHO DOS BLOCOS IDEOLÓGICOS: FORÇA ELEITORAL E DISTRIBUIÇÃO

Nesta parte, apresento o desempenho dos blocos ideológicos. Avalio a ocorrência do fenômeno de concentração ou dispersão da votação e a distribuição da força eleitoral nas regiões, que serão classificadas como áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas. As tabelas a seguir, construídas a partir da classificação ideológica adotada, demonstram a força dos três blocos, expressa em termos de votos válidos:

Tabela 2: Resultados eleitorais dos blocos ideológicos - Câmara dos Deputados - 1982/1998

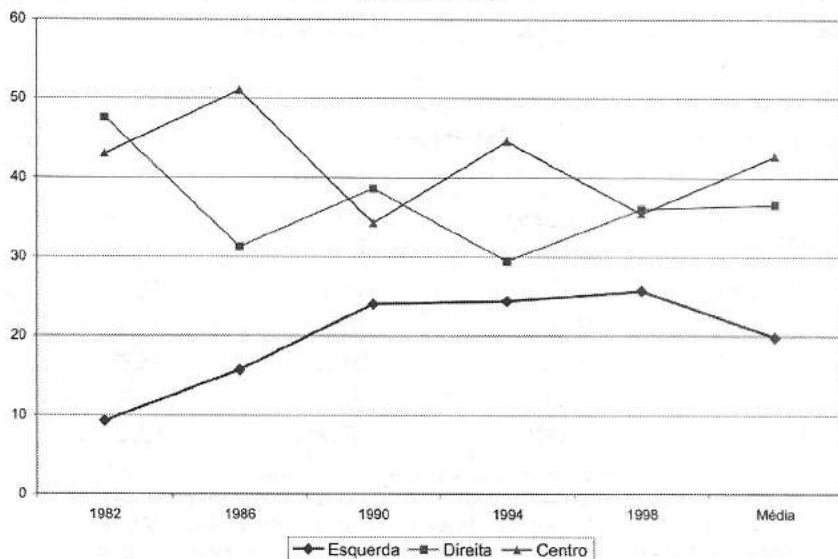
Ano	Esquerda	Direita	Centro
1982	9,3	47,6	43,0
1986	15,7	31,3	51,0
1990	24,0	38,7	34,3
1994	24,4	29,5	44,6
1998	25,7	36,1	35,5
Média	19,82	36,64	42,7

Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: TSE - Secretaria de Informática (1998) e Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ/UCAM, 1998. A soma da votação obtida pelos blocos em cada eleição é menor do que 100%, pois o bloco dos partidos indefinidos está excluído.

Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: TSE - Secretaria de Informática (1998) e Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ/UCAM, 1998. A soma da votação obtida pelos blocos em cada eleição é menor do que 100%, pois o bloco dos partidos indefinidos está excluído.

Nota-se que a princípio o eleitorado brasileiro não se distribuiu de modo igual entre os três pólos, mas a desigualdade de forças entre os blocos já foi mais acentuada, principalmente em 1986, quando pela única vez um agrupamento - o do centro - garantiu a maioria dos votos do eleitorado, enquanto que nesta eleição a votação da esquerda correspondeu a apenas a metade do pólo da direita. A esquerda foi sempre o bloco minoritário, mas tem obtido crescimento contínuo a cada eleição; o centro e a direita se alternam como maioria na disputa de vagas para a Câmara dos Deputados, mas perderam espaço político quando seus resultados são comparados ao ano de 1982.

Gráfico 1: Resultados eleitorais dos Blocos Ideológicos (%) (1982/1998)



Os dados apresentados no gráfico indicam uma evolução no sentido da aproximação entre os resultados alcançados pelos blocos ideológicos, confirmando-se uma tendência de equilíbrio entre estas três forças, o que pode ser visto ainda nas eleições de 1998, quando a penetração do centro e da direita no eleitorado brasileiro se igualou e a esquerda man-

teve taxas de crescimento positivas³. Observa-se ainda que apenas a esquerda obteve, em 1998, uma votação acima de sua média, ao passo que o centro ficou bem abaixo de sua média histórica.

Poder-se-ia argumentar que a tendência a um equilíbrio nacional entre estas três forças seja decorrente da votação concentrada dos blocos em algumas regiões preferenciais. Rodrigues (1995) sugere que os resultados das eleições federais têm indicado para um processo de regionalização dos partidos, o que por seu turno estaria associado com a fragmentação do sistema partidário. Reafirmando este argumento, Meneguello, Mainwaring e Power (2000) argumentam que o setor conservador apresenta uma participação que não é equilibrada, concentrando seus resultados globais, principalmente, na região Nordeste. Esta concentração regional foi explicada pela inserção do PFL nesta região, de onde provêm 64,8% de seus simpatizantes. Os autores demonstram que os partidos conservadores têm recebido mais cadeiras das regiões subdesenvolvidas que das regiões desenvolvidas, mas

esta tendência talvez esteja se alterando e sugere que 'um novo e mais moderno conservadorismo – pelo menos em termos de suas bases sociais – pode estar surgindo ao lado do conservadorismo tradicional que sempre dominou nas áreas menos desenvolvidas (p.58).

Pode-se examinar se tal fenômeno de fragmentação dos partidos teve como efeito a regionalização das forças partidárias, como supõe Rodrigues, ou se, ao contrário, está surgindo uma outra lógica, que pressupõe maior equilíbrio na votação obtida pelos blocos nas regiões. A tabela a seguir apresenta o desempenho das três forças, em cada uma das regiões do país e em cada ano eleitoral:

³ O percentual de votos válidos obtidos pela esquerda nas eleições para a Câmara dos Deputados subiu 176% entre 1982 e 1998. As taxas de crescimento da esquerda ocorreram um ritmo contínuo mas desacelerado: 1982/1986 = 68,8%; 1986/1990 = 52,8%; 1990/1994 = 1,6% e 1994/1998 = 5,3% (Telles, 2003).

Tabela 3: Resultados eleitorais dos blocos ideológicos para a Câmara dos Deputados por região - 1982/1998 (%)

	1982			1986			1990			1994			1998		
	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C
N	50,1	1,9	48,1	29,0	16,5	53,6	45,9	17,1	33,6	34,5	17,0	47,8	41,5	19,3	35,9
NE	64,8	0,7	34,5	44,4	8,3	46,4	47,9	20,0	29,1	36,5	19,7	40,8	35,8	23,6	37,0
SE	41,9	14,8	43,4	26,7	20,1	50,0	33,0	27,2	35,6	24,0	26,0	48,6	34,8	27,8	33,8
S	42,8	10,1	47,1	26,6	16,2	56,9	40,4	23,7	35,0	33,9	30,3	35,7	40,8	28,2	30,2
CO	39,7	0,9	59,3	34,8	5,2	59,4	38,3	20,2	39,9	25,7	21,4	52,3	28,0	17,2	54,0
Brasil	47,6	9,3	43,0	31,3	15,7	51,0	38,7	24,0	34,3	29,5	24,4	44,6	36,1	25,7	35,5

Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: TSE - Secretaria de Informática (1998) e Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj/UCAM, 1998. D = Direita, E = Esquerda e C = Centro. A soma da votação obtida pelos blocos em cada eleição não perfaz 100%, pois o bloco dos partidos indefinidos está excluído.

Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: TSE - Secretaria de Informática (1998) e Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj/UCAM, 1998. D = Direita, E = Esquerda e C = Centro. A soma da votação obtida pelos blocos em cada eleição não perfaz 100%, pois o bloco dos partidos indefinidos está excluído.

Os dados confirmam uma diferença no desempenho dos blocos ideológicos no ponto inicial da série histórica, quando os colégios eleitorais eram claramente redutos de uma ou outra força política: o eleitorado nordestino alocado para a direita em 1982, e o Centro-Oeste majoritariamente voltado para o centro da escala política. Mas, ao contrário de uma evolução regionalizada, nota-se que a cada eleição configura-se um processo de distribuição mais uniforme da votação dos blocos no país, e mais simétrica nas regiões.

Percebe-se que a liberdade de criação de novas legendas e de coligações no mercado político não resultou em concentração regional dos blocos ideológicos, diferentemente do que ocorre com alguns partidos, que possuem força nacional em função do seu peso político em algumas áreas localizadas. Nenhuma das regiões apresentou tendências a se tornar 'curral eleitoral' de um dos blocos ideológicos. Mesmo na Nordeste, que já foi a principal base eleitoral dos conservadores, houve alterações. Na Nordeste, o bloco formado pelos partidos de direita obteve, em 1998, percentual de votos menor do que o da articulação de centro. O

que se pode concluir destes dados é um processo oposto ao de regionalização, e evidências de uma propensão ao equilíbrio nacional dos três blocos, ao mesmo tempo em que ocorre um fenômeno de distribuição mais uniforme das três forças, em cada uma das regiões.

Estas regiões podem ser classificadas, ainda, a partir de critérios que levem em conta as peculiaridades da economia regional, e o desempenho destas forças pode ser avaliado em conexão com a sua penetração em áreas desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Gláucio Soares (1973) demonstrou que a força eleitoral de dois grandes partidos de esquerda – PTB e PCB – foi dependente da infra-estrutura econômica, e que o desempenho destas duas legendas foi muito superior nas zonas de maior desenvolvimento econômico. Por serem partidos de base e ideologia definidas, montaram sua organização em áreas urbanas, a partir do cálculo entre os custos e os benefícios desta estratégia: eles teriam melhores condições de expansão em localidades com maior presença de operários. O autor revela que os partidos de esquerda penetraram sistematicamente em regiões economicamente mais desenvolvidas, e tiveram dificuldade de inserção em áreas não industrializadas.

A urbanização favoreceu principalmente a expansão do PCB. Por outro lado, em relação ao PTB, esta legenda se caracterizou por grande incursão em áreas desenvolvidas, mas sofreu o *efeito teto*, isso é, tendo alcançado uma expansão substantiva em áreas desenvolvidas, era pouco provável que viesse a lograr mais crescimento, esgotando-se desta forma a sua penetração nestas regiões. Por isso, o PTB passa a explorar os estados subdesenvolvidos, do seguinte modo: a sua incursão é iniciada pelas capitais e centros urbanos, para em seguida atingir as pequenas cidades e as zonas rurais; por outro lado, o PTB continuou a se manter mais forte nos estados desenvolvidos.

Pode-se avaliar se o percurso da esquerda para a Câmara dos Deputados correspondeu ao mesmo ciclo do PTB, e se o bloco conservador seguiu uma evolução em direção oposta. A hipótese que pode ser deduzida da teoria sociológica de Soares é a de que as diferenciações econômicas alimentam fortes variações nos resultados políticos. A expectativa é a de que haja significativa variação nos resultados dos blocos nas regiões, com a esquerda evoluindo predominantemente em direção às áreas mais

urbanizadas e, por contraste, a direita atingindo as regiões mais pobres. Para apreciar estas possíveis diferenças, as regiões brasileiras serão divididas de acordo com o seu padrão de desenvolvimento econômico, a partir de duas clivagens (a) o grupo das mais desenvolvidas, formado pelas Sudeste e a Sul; (b) o grupo das menos desenvolvidas, composto pela Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Convém destacar que não se trata aqui de fazer inferências sobre a base social dos partidos, como feito pelo estudo de Meneguello et alii, que concluiu que os partidos conservadores têm maior penetração eleitoral entre os eleitores pobres. As unidades de análise são as regiões, e por isso não se pretende fazer inferências sobre os determinantes do comportamento eleitoral do indivíduo a partir destas unidades selecionadas, sob o risco de incorrer em falácia ecológica.

Tabela 4: Resultados eleitorais dos blocos ideológicos para a Câmara dos Deputados por desenvolvimento econômico regional - 1982/1998 (%)

	1982			1986			1990			1994			1998		
	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C
SD	59,0	0,9	40,1	41,0	8,7	9,4	45,9	19,6	31,7	34,3	19,6	43,9	35,3	21,8	40,0
D	47,7	13,5	44,4	26,7	19,1	51,8	34,9	26,3	35,5	26,7	27,1	45,1	36,4	27,8	32,9

Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: TSE - Secretaria de Informática (1998) e Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj/UCAM, 1998. SD = Regiões Subdesenvolvidas e D = Regiões Desenvolvidas.

Um contraste marca a primeira eleição: de um lado, a votação significativa obtida pela direita nas áreas subdesenvolvidas; de outro a importância inicial das regiões mais desenvolvidas para a sobrevivência institucional da esquerda. Mas este quadro vem se alterando e verifica-se que, a despeito de sua maior força residir ainda nas zonas desenvolvidas, em sua terceira participação eleitoral (1990) a importância das áreas subdesenvolvidas passa a ser significativa para a esquerda, e em 1998 o seu desempenho é bastante semelhante nas duas áreas. A esquerda evolui no país nas regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

RETRAÇÃO E CRESCIMENTO: O APOIO ELEITORAL AOS BLOCOS IDEOLÓGICOS

A apresentação dos resultados eleitorais com base somente em votos válidos é superficial, pois por este parâmetro fica ocultada a incorporação de novos eleitores, a cada pleito. A análise pode ser mais precisa se avaliada com o apoio de um índice, capaz de captar se o crescimento dos blocos corresponde de fato à atração de novos eleitores, o que impõe a necessidade de criação de um mecanismo mais apurado. Cabe aqui uma pequena nota metodológica. Como já apontado por vasta literatura, os sistemas eleitorais promovem distorções quando da transformação de votos em cadeiras. No caso brasileiro, estudos confirmam a ocorrência de altos coeficientes de desproporcionalidade, o que pode ser explicado tanto pela legislação eleitoral - que consente a formação de coligações nas disputas eleitorais - como pela inclusão de votos em branco no cálculo do quociente eleitoral, em algumas das eleições analisadas.

Em função dos coeficientes de desproporcionalidade, a avaliação sobre o desempenho eleitoral dos partidos não pode ser feita somente com base na quantidade de votos ou de cadeiras auferidas na Câmara. Os efeitos dos cálculos que transformam os votos em cadeiras têm que ser considerados, sob pena de distorção nos resultados das análises. Os blocos e partidos tanto podem ser tanto prejudicados quanto beneficiados pela desproporcionalidade. Mesmo que o crescimento do partido seja maximizado, isso não implica necessariamente em aumento de sua bancada na Câmara dos Deputados. Por isso, para mensurar o avanço eleitoral de um partido, é insuficiente adotar um critério pautado exclusivamente no percentual de cadeiras ou de votos das legendas, pois estes números não são comparados com o crescimento ou decréscimo do comparecimento dos eleitores a cada pleito.

Dado a estes argumentos, nesta pesquisa os resultados eleitorais dos blocos ideológicos - a *variável dependente* - serão mensurados pelo *Índice de Razão de Avanço - IRA*, mecanismo capaz de captar a mudança no nível de apoio de um partido, a partir dos dados eleitorais. Este índice elaborado por Simas (2001), mede o apoio agregado por um partido em dois tempos distintos, e através dele pode-se obter o eventual

impacto das novas gerações de eleitores sobre o número de votos conquistados pelos partidos. Os resultados obtidos pelo *IRA* permitem indicar se há um padrão recorrente de apoio aos partidos, por parte das parcelas de eleitores que foram incorporados ao processo eleitoral.

Isto é feito pela comparação da votação recebida pelo partido em relação ao comparecimento dos eleitores, em uma dada circunscrição eleitoral. Neste sentido, o apoio eleitoral a um partido cresce quando sua votação tem um aumento mais do que proporcional ao aumento do comparecimento dos eleitores, entre dois pares de eleições. De outro lado, o partido perde apoio eleitoral em qualquer uma das seguintes condições: (a) quando cresce menos do que o proporcional aumento do eleitorado; (b) quando tem retração entre dois pares de eleições. Em ambos os casos o *IRA* será negativo. Consideramos pouco relevante a distinção entre os dois casos. A fórmula do *IRA* pode ser apresentada na forma de razão ou de subtração, e é a seguinte:

Na forma de razão: $(V1/C1) / (Vo/Co);$

Na forma de subtração: $(V1/C1) - (Vo/Co).$

Onde

IRA = Índice de Razão de Avanço;

Vo = número de votos obtidos pelo partido no tempo "0";

V1 = número de votos obtidos pelo partido no tempo "1";

Co = total de eleitores que compareceram para votar no tempo "0";

C1 = total de eleitores que compareceram para votar no tempo "1".

O intervalo de variação das duas formas do *IRA* são bastante diferentes. Na forma de subtração ele varia entre -1 e +1, e na forma de razão ele varia entre 0 e $+\mu$. Na tabela abaixo, vemos alguns exemplos numéricos que nos auxiliam a perceber o funcionamento do *IRA* a partir de situações esquemáticas:

Tabela 5: Situações esquemáticas do Índice de Razão de Avanço - *IRA*

Voto			Comparecimento			Índices			
V0	V1	Taxa*	C0	C1	Taxa	$V0/C0=A$	$V1/C1=B$	$B - A$	B / A
250	500	100	1000	2000	100	0,250	0,250	0,000	1,00
250	500	100	2000	1000	-50	0,125	0,500	0,375	4,00
500	250	-50	1000	2000	100	0,500	0,125	-0,375	0,25
500	250	-50	2000	1000	-50	0,250	0,250	0,000	1,00
500	500	0	1000	2000	100	0,500	0,250	-0,250	0,50
500	500	0	2000	1000	-50	0,250	0,500	0,250	2,00
250	500	100	1000	1000	0	0,250	0,500	0,250	2,00
500	250	-50	1000	1000	0	0,500	0,250	-0,250	0,50

FONTE: Simas, Marcelo. *Índice de Razão de Avanço*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001. (mimeo). Taxa = Taxa de mudança

As duas formas do *IRA* têm um comportamento bastante claro e equivalentes entre si. Contudo, consideramos a forma de razão de mais fácil interpretação e, por isso, será a forma adotada como padrão para a leitura do *IRA*. Na forma de razão são possíveis apenas três variações quantos aos resultados: (a) os resultados superiores a 1 assinalam o crescimento mais que proporcional do partido em relação aos votantes, o que indica ganho ou avanço do apoio eleitoral; (b) o intervalo entre 0 e +1 representa a faixa de crescimento menos do que proporcional, ou seja, a faixa de valores “negativos”, o que assinala perda de apoio eleitoral; (c) resultados iguais a 1 revelam uma situação de estabilidade estrita, em que o partido manteve exatamente o mesmo índice de apoio entre dois pares de eleições.

Pode-se agora observar a dinâmica do processo eleitoral, através da comparação dos níveis de apoio aos três blocos a partir do *IRA*, conforme tabela a seguir:

Tabela 6: Índice de razão de avanço dos blocos ideológicos na Câmara dos Deputados (1982/1998)

Par de eleição	Esquerda	Centro	Direita
1982/1986	1,42	0,97	0,56
1986/1990	1,19	0,53	1,29
1990/1994	1,06	1,39	0,78
1994/1998	1,42	1,06	1,58

Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: TSE - Secretaria de Informática (1998) e Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj/UCAM, 1998.

Comparando-se os resultados dos blocos ideológicos, nota-se que a despeito da notável inserção eleitoral obtida em 1982 pelos partidos de direita, estes perderam apoio em 1986, mesmo com a entrada do PFL na competição nestas eleições. Deve-se notar ainda que, em 1986, o crescimento eleitoral dos partidos de centro foi proporcionalmente menor que o aumento do comparecimento. Isto significa concluir que, apesar dos votos válidos obtidos pelo centro terem subido 18,6%, o índice de razão de avanço revela que se o centro cresceu em números absolutos, o seu aumento foi 3% menor que o aumento do eleitorado que compareceu para votar, o que indica, de acordo com o índice, perda de apoio eleitoral.

Em 1990, o PSDB estréia na disputa eleitoral para a Câmara dos Deputados, mas mesmo com a inclusão deste partido, o centro perde apoio e o bloco da direita retoma seu crescimento. Ainda assim, o crescimento obtido pela direita não foi suficiente para que este bloco se recuperasse das perdas sofridas em 1986, ano em que cresceu 44% menos do que o aumento do comparecimento. Em 1994, a direita teve seu apoio reduzido e a esquerda manteve a mesma proporção de eleitores, em relação a pleito anterior. As eleições de 1994 foram favoráveis ao centro, que avançou nacionalmente, mas foram extremamente negativas para a direita. Em 1998, o apoio ao bloco da direita e a força eleitoral da esquerda cresceram. Estes resultados nacionais podem ser desagregados, e examinados regionalmente. A tabela a seguir compara o desempenho dos blocos ideológicos, no período de 1982/1998, em cada uma das regiões.

Tabela 7: Índice de razão de avanço dos blocos ideológicos na Câmara dos Deputados por região (1982/1998)

Norte	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	6,70	0,45	0,86
1986/1990	0,93	1,42	0,56
1990/1994	1,06	0,80	1,51
1994/1998	1,27	1,61	1,55
Média	2,48	1,07	1,12
Nordeste	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	8,75	0,53	1,04
1986/1990	1,99	0,89	0,51
1990/1994	1,06	0,82	1,51
1994/1998	1,58	1,29	1,19
Média	3,35	0,88	1,06
Sudeste	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	8,75	0,56	1,01
1986/1990	1,04	0,96	0,55
1990/1994	0,97	0,74	1,38
1994/1998	1,49	2,03	0,96
Média	3,06	1,07	0,98
Sul	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	1,42	0,56	1,08
1986/1990	1,07	2,15	0,45
1990/1994	1,39	0,92	1,12
1994/1998	1,25	1,61	1,13
Média	1,28	1,31	0,95
Centro-Oeste	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	4,61	0,73	0,95
1986/1990	3,21	1,03	0,43
1990/1994	1,09	0,70	1,55
1994/1998	1,07	1,44	1,23
Média	2,50	0,98	1,04

Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: TSE - Secretaria de Informática (1998) e Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj/UCAM, 1998.

A dimensão ideológica, vista longitudinalmente, mostra o crescimento do apoio aos partidos de esquerda. Revela ainda que a região Nordeste ocupa a primeira posição entre as áreas em que os partidos de direita

vêm perdendo apoio; também na Centro-Oeste, este bloco contraiu sua base eleitoral. A despeito de seu declínio na Sul em dois pares de eleições, é nesta região que, em média, a direita mais atraiu eleitores, sendo seguida pela Sudeste/Norte, regiões em que a direita obteve semelhantes níveis de avanço. Vê-se, deste modo, que o conjunto formado pelos partidos de direita, apesar da contração nacional, ainda exibem índices positivos de avanço nas regiões mais desenvolvidas, deslocando seu apoio das áreas menos povoadas e economicamente periféricas para as mais urbanizadas e populosas.

A representação dos blocos ideológicos na Câmara dos Deputados

O conjunto formado pelos partidos de esquerda vem crescendo, seja em termos de votos válidos ou de apoio eleitoral, ao passo que a direita vem perdendo eleitorado. Vejamos se este ritmo é acompanhado pela obtenção de igual força política na Câmara dos Deputados. A tabela a seguir apresenta os dados referentes aos votos válidos e às cadeiras obtidas pelos blocos ideológicos, por eleição.

Tabela 8: Resultados eleitorais e cadeiras conquistadas pelos blocos ideológicos na Câmara dos Deputados (1982/1998) - (%)

Ano	Direita		Centro		Esquerda	
	Voto	Cadeira	Voto	Cadeira	Voto	Cadeira
1982	47,6	51,8	43,0	41,8	9,3	6,5
1986	31,3	35,5	51,0	54,6	15,7	9,6
1990	38,7	45,0	34,3	33,1	24,0	19,9
1994	29,5	34,2	44,6	42,5	24,4	21,6
1998	36,1	39,0	35,5	38,0	25,7	22,1
Média	36,64	41,1	42,7	42,0	19,82	15,94

Cálculo realizado pela autora. FONTE: Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj/UCAM, 1998; e TSE - Secretaria de Informática (1998). A soma dos votos válidos e cadeiras recebidos pelos blocos não perfaz 100% em cada ano, pois estão excluídos os partidos indefinidos

O crescimento eleitoral da esquerda não se traduziu na mesma proporção, em aumento da bancada. A esquerda sempre perdeu cadeiras, seja para o centro ou para a direita; na direção oposta, vê-se que o bloco dos partidos de direita sempre recebeu *mais* cadeiras do que votos, e retirou cadeiras tanto do centro quanto da esquerda. Vejamos a seguir como a força eleitoral de cada um dos blocos se traduziu em representação, em cada uma das regiões:

Tabela 9: Resultados eleitorais e cadeiras alocadas para os blocos ideológicos na Câmara dos Deputados por região (1982/1998) - (%)

DIREITA	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira
1982	47,6	51,8	50,1	59,6	64,8	66,4	41,9	43,2	42,8	42,7	39,7	40,6
1986	31,3	35,5	29,0	40,9	44,4	47,1	26,7	28,4	26,6	24,7	34,8	34,1
1990	38,7	45,0	45,9	58,5	47,9	53,7	33,0	32,0	40,4	41,6	38,3	51,2
1994	29,5	34,2	34,5	43,0	36,5	40,4	24,0	27,3	33,9	36,4	25,7	24,3
1998	36,1	39,0	41,5	46,1	35,8	39,74	34,8	36,3	40,8	42,9	28,0	29,2
Média	36,6	41,1	40,2	49,6	45,9	49,5	32,0	33,4	36,9	37,7	33,3	35,9
ESQUERDA	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira
1982	9,3	6,5	1,9	0,0	0,7	0,0	14,8	14,2	10,1	8,5	0,9	0,0
1986	15,7	9,6	16,5	4,0	8,3	3,3	20,1	18,4	16,2	10,4	5,2	2,4
1990	24,0	19,9	17,1	13,9	20,0	16,6	27,2	26,6	23,7	23,4	20,2	7,3
1994	24,4	21,6	17,0	10,8	19,7	17,1	26,0	25,8	30,3	29,9	21,4	19,6
1998	25,7	22,03	19,3	16,92	23,6	18,54	27,8	26,26	28,2	27,3	17,2	14,6
Média	19,8	15,9	14,4	9,1	14,5	11,1	23,2	22,3	21,7	19,9	13,0	8,8
CENTRO	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira
1982	43,0	41,8	48,1	40,4	34,5	33,6	43,4	42,6	47,1	48,8	59,3	59,4
1986	51,0	54,6	53,6	55,1	46,4	49,7	50,0	52,7	56,9	64,9	59,4	61,0
1990	34,3	33,1	33,6	26,1	29,1	25,8	35,6	39,0	35,0	35,1	39,9	41,4
1994	44,6	42,5	47,8	44,6	40,8	39,1	48,6	45,8	35,7	33,8	52,3	53,6
1998	35,5	38,01	35,9	36,92	37,0	39,07	33,8	36,87	30,2	29,87	54,0	56,10
Média	42,7	42,0	43,8	40,7	37,6	37,4	42,2	43,3	40,9	42,4	53,0	54,3
PT	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira	voto	cadeira
1982	3,5	1,7	1,9	0,0	0,6	0,0	6,5	4,7	0,8	0,0	0,6	0,0
1986	6,9	3,3	7,0	0,0	2,3	0,0	9,7	8,3	5,9	2,6	3,7	0,0
1990	10,2	7,0	7,7	6,2	4,3	1,3	13,4	11,2	9,8	10,4	11,2	4,9
1994	12,8	9,6	8,3	3,1	7,0	4,6	15,7	13,4	15,0	15,6	13,0	9,8
1998	13,2	11,5	8,7	7,7	9,2	6,6	14,7	14,5	16,9	16,9	11,6	12,2
Média	9,32	6,62	6,72	3,4	4,68	2,5	12,0	10,42	9,7	9,1	8,0	5,3

Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: TSE - Secretaria de Informática (1998) e Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj/UCAM, 1998.

De modo geral, esta série de eleições apresentou grandes distâncias entre os resultados que saíram das urnas e o modo como a vontade dos eleitores foi traduzida na Câmara dos Deputados. A relação entre a força política dos blocos e a sua representação institucional é mais simétrica nas regiões Sul e Sudeste do país, e bastante desigual nas regiões Norte e Centro-Oeste, de menor magnitude. Em termos de representação na Câmara dos Deputados, nota-se que, em média, a direita predominou na Nordeste e na Norte, retirando destas regiões a metade das cadeiras que estavam disponíveis para o conjunto das forças políticas; o centro dominou a Centro-Oeste, conquistando em média mais de 50% das cadeiras desta região. A esquerda possui mais cadeiras originadas no Sudeste e Sul do país, mas perde cadeiras mesmo nestes dois colégios eleitorais.

Percebe-se o desequilíbrio na distribuição das cadeiras alocadas para a direita e a esquerda, na Norte. Essa relação negativa entre votos válidos recebidos e o tamanho da bancada retirada pela esquerda na Norte é agravada quando se observa que, a despeito de ter alcançado 16% de votos válidos nesta região em 1986, isso resultou em apenas 4% de cadeiras para a esquerda; mas foram suficientes apenas 29% de votos válidos para a direita para que fossem cedidas 40,9% de cadeiras para este pólo. Quando se observa a média de votos e cadeiras obtidas pelo PT na região Norte, nota-se que somente 50% dos votos deste partido foram transformados em cadeiras.

Na Centro-Oeste, a desproporcionalidade entre os votos recebidos e as cadeiras alocadas se repete, e novamente a direita é a força que mais se beneficia, e a esquerda foi o bloco mais onerado por esta situação: em 1990, a esquerda alcançou 20% de votos, que resultaram em 7% de cadeiras, e neste mesmo ano a direita obteve 38% de votos, mas herdou 51% das cadeiras da região. O PT precisou obter 11% de votos válidos em 1990 para eleger seus primeiros representantes na Centro-Oeste.

As tabelas anteriores revelaram que em média, a direita obteve seus melhores desempenhos eleitorais na Norte e Nordeste, e ultimamente tem recebido o reforço da Sul e Sudeste, mas foi nesta última área onde dispôs de menor base eleitoral, ao longo do tempo. O centro obteve, em média, uma votação distribuída de modo mais uniforme, ainda que sua

penetração na Centro-Oeste o destaque dos demais blocos, naquela região. Já a média de votação da esquerda foi superior na Sudeste e na Sul, apesar de possuir votação equilibrada entre a Norte, a Nordeste e Centro-Oeste. A esquerda tem aumentado sua participação na Nordeste, onde existe um maior equilíbrio na relação entre votos e cadeiras.

Por isso, um exame que se impõe é o da proporcionalidade entre os votos de cada bloco e o número de cadeiras atribuídas a eles. Através da aplicação do índice de *distorção da representação*, poderá se examinar de modo mais acurado a desproporcionalidade experimentada por cada bloco. Ao contrário do índice de desproporcionalidade (*D*), que é um atributo do sistema partidário, a *distorção da representação* é um atributo de cada partido, tomado isoladamente e medido pelo índice *DT* (Taagepera & Shuggart, 1989), cujo cálculo é realizado dividindo-se o percentual de cadeiras obtidas pelo percentual de votos válidos obtidos por cada partido:

$$DT = [(\% \text{ c})] / [(\% \text{ v})]$$

A aplicação do *DT* apresenta resultados que revelam os casos em que os partidos estão sub ou sobre-representados: (a) resultado inferior a um, aponta para a sub-representação; (b) resultado igual a um, indica representação perfeita; (c) resultado maior que um revela sobre-representação. Os resultados, por Brasil e região, estão apresentados na tabela abaixo⁴.

⁴ Os dados referentes às eleições de 1998 são divergentes: enquanto o site DOXA/IUPERJ, atribui 9 cadeiras para o PT na região Nordeste, os dados do TSE acusam 10 cadeiras para o PT, na Nordeste. Optei por considerar a informação oficial, fornecida pelo site da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br/bancada1998.

Tabela 10: Distorção da Representação (DT) dos blocos ideológico na Câmara dos Deputados por região (1982/1998)

Direita	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1982	1,09	1,19	1,02	1,03	1,00	1,02
1986	1,13	1,41	1,06	1,06	0,93	0,98
1990	1,16	1,27	1,12	0,97	1,03	1,34
1994	0,93	0,77	1,50	0,76	0,78	0,58
1998	1,08	1,11	1,11	1,04	1,05	1,05
Média	1,08	1,15	1,16	0,97	0,96	0,99
Centro	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1982	0,97	0,84	0,97	0,98	1,04	1,00
1986	1,07	1,03	1,07	1,05	1,14	1,03
1990	0,97	0,48	0,56	0,75	0,58	0,70
1994	0,95	0,93	0,96	0,94	0,95	1,02
1998	1,07	1,03	1,06	1,09	0,99	1,04
Média	1,00	0,86	0,86	0,96	0,94	0,96
Esquerda	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1982	0,70	0,0	0,0	0,96	0,84	0,0
1986	0,64	0,32	0,43	0,94	0,66	0,47
1990	0,82	0,90	0,83	0,96	1,00	0,40
1994	0,89	0,64	0,87	0,99	0,99	0,92
1998	0,86	0,88	0,79	0,94	0,97	0,85
Média	0,78	0,55	0,58	0,96	0,89	0,53
PT,	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1982	0,49	0,0	0,0	0,72	0,0	0,0
1986	0,48	0,0	0,0	0,86	0,44	0,0
1990	0,69	0,81	0,30	0,84	1,06	0,44
1994	0,75	0,37	0,66	0,85	1,04	0,75
1998	0,87	0,88	0,72	0,99	1,00	1,05
Média	0,60	0,30	0,24	0,82	0,64	0,30

Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: TSE - Secretaria de Informática (1998) e Nicolau, Jairo. *Dados Eleitorais do Brasil* (1982-1996). Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ/UCAM, 1998.

Os resultados eleitorais dos partidos de direita foram superestimados na composição da Câmara dos Deputados. Percebe-se que a direita tem sido sobre-representada no Brasil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste; a distorção da representação do PT e da esquerda ocorre nacionalmente, e em todas as regiões, e o PT tem sido sistematicamente sub-representado, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, em cujos sistemas partidários encontram-se os maiores índices de

desproporcionalidade (*D*). Confirma-se também que o PT, a despeito de sua liderança sobre o bloco da esquerda, tem cedido cadeiras para seus parceiros, pois a sub-representação do PT é maior do que a da esquerda, principalmente na Nordeste. Em média, a direita recebeu 15% a mais de cadeiras do que de votos na Norte e 16% a mais de cadeiras na Nordeste; ao passo que na Sul apenas 3% de seus votos não foram transformados em cadeira.

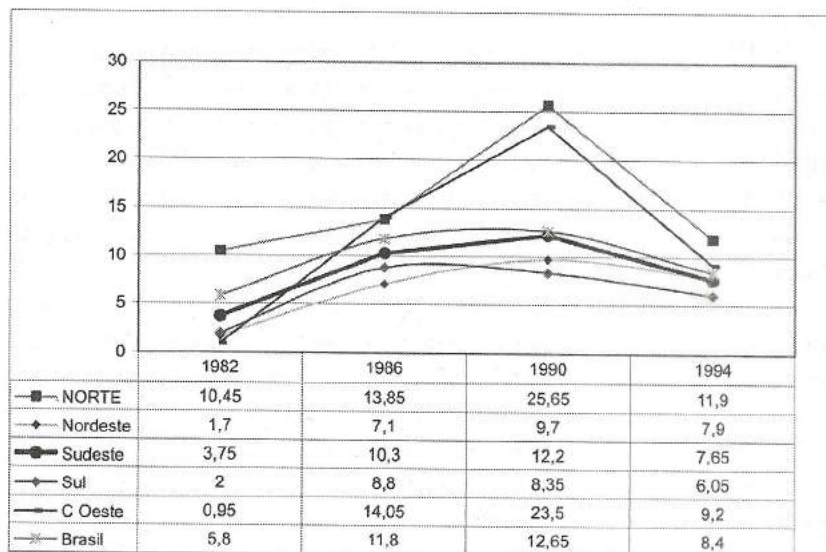
O PT e a esquerda possuem mais força eleitoral em sistemas partidários com maior proporcionalidade, e a direita concentra sua votação em regiões que possuem sistemas partidários mais desproporcionais. A tipologia do sistema partidário de onde advêm consideráveis votos para a direita explica, em parte, o ganho de cadeiras deste bloco. Os índices de desproporcionalidade (*D*)⁵ regional entre 1982 e 1994 podem ser vistos no Gráfico 2.

Por outro lado, ainda que os mecanismos institucionais tragam vantagens ao bloco da direita e onerem a esquerda, o elemento estratégico não pode ser descartado das explicações: o PT cedeu cadeiras para outros partidos de esquerda, não somente por força das fórmulas eleitorais, mas por sua própria escolha em realizar reiteradamente políticas de coligações com os pequenos partidos de esquerda. Como apontado pela literatura (Nicolau, 1995), as variáveis que mais afetam os níveis de desproporcionalidade de um sistema partidário são a permissão de coligações em eleições proporcionais, a inclusão de votos em branco e o desequilíbrio da dimensão de algumas bancadas estaduais em relação à população, o que resulta em sub-representação dos partidos que têm boa votação em São Paulo, ao passo que sobre-representa aqueles que são bem votados nos pequenos estados do Norte e do Centro Oeste. Como as coligações funcionam como um partido - as "*cadeiras obtidas por um*

⁵ O índice de desproporcionalidade, proposto por Loosemore e Hanby (1971), mede a diferença entre percentual de votos e cadeiras em uma determinada eleição. O índice *D*, tal como ficou conhecido, tem a seguinte expressão matemática: $D = \frac{1}{2} \sum |S_i - c_i|$; onde *v* é o percentual de votos e *c* é o percentual de cadeiras de cada partido. O índice *D* expressa o percentual obtido pelos partidos que obtiveram mais cadeiras do que votos (sobre-representados), ou o percentual dos partidos que obtiveram menos votos do que cadeiras (sub-representados).

partido coligado dependerão do posicionamento de seus candidatos na lista, e não do percentual de votos deste sobre a votação total da coligação" (Nicolau, 1991), isso leva a que os partidos que não alcançaram o quociente eleitoral tenham representantes.

Gráfico 2: Índice de Desproporcionalidade, Brasil e regiões (1982/1994)



Cálculos realizados pela autora a partir das seguintes fontes: Nicolau, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj/UCAM, 1998

De fato, o PT atende aos dois requisitos que maximizam a desproporcionalidade e afetam negativamente sua representação na Câmara dos Deputados: tanto é um partido envolvido na estratégia de coligações, quanto tem parte significativa de sua votação em São Paulo⁶. Estes fatores elevam os níveis de distorção da representação da es-

⁶ O argumento das coligações como fonte de maior distorção para o PT e as esquerdas é reforçado pela pesquisa de Simas (1999), que demonstrou que, ao contrário do previsto pela *teoria da resistência ideológica* (Soares, 1964), os partidos de esquerda tiveram menor resistência para realizar coligações que os partidos de direita, tanto nas eleições realizadas em 1988 tanto para a Câmara dos Deputados, quanto para as Assembleias Legislativas.

querda, pois a votação do PT corresponde a mais de 50% dos votos atribuídos à este bloco (Telles, 2003). Por outro lado, a direita sempre foi bem posicionada na Norte, beneficiando-se com isso da alta desproporcionalidade do sistema partidário daquela região, onde recebeu sempre mais cadeiras do que votos.

CONCLUSÕES

O diagnóstico inicial sobre os resultados dos blocos ideológicos revelou uma diferença no desempenho eleitoral, com a ocorrência de um crescimento contínuo da esquerda, a contração da direita e uma oscilação nos resultados do centro político. Vê-se portanto que, ao contrário de uma fluidez e de um ciclo irregular, o quadro partidário brasileiro parece ser dotado de uma lógica que se desenvolve na direção de um equilíbrio entre as forças políticas. Observou-se ainda que a dinâmica eleitoral produziu mais um fenômeno de tendência à distribuição equilibrada da votação do que de uma concentração regionalizada das forças políticas. A primeira vista, os dados fornecem indícios de independência entre as taxas de crescimento eleitoral da esquerda – mensurados a partir dos votos válidos – e os níveis de urbanização das regiões. Finalmente, confirma-se a distorção da representação política na Câmara dos Deputados, com benefício do bloco conservador.

A respeito deste último aspecto, cabem algumas considerações. A representação política no Brasil foi bastante afetada pelos níveis de desproporcionalidade do sistema partidário, conforme observado pela comparação entre os blocos. A análise longitudinal dos índices de avanço nos permitiram apresentar uma tendência de declínio do apoio eleitoral ao bloco de direita. Mas, embora os partidos conservadores tenham reduzido o volume de sua força eleitoral, tal fato não resultou em redução proporcional de representação política, e o tamanho da sua bancada na Câmara dos Deputados dependeu não somente de seu desempenho nas urnas e dos seus níveis de apoio, mas também de mecanismos institucionais, que acabaram por beneficiá-los na Câmara dos Deputados, minimizando os efeitos de sua perda de apoio nas urnas. O bloco

conservador foi o principal beneficiário da desproporcionalidade do sistema partidário brasileiro, mantendo em todas as eleições analisadas uma representação na Câmara dos Deputados sempre superior ao seu desempenho eleitoral.

Em direção oposta a esta, revelou-se que a força eleitoral da esquerda não correspondeu à igual representação política, na Câmara dos Deputados. O crescimento da esquerda foi minimizado pelo mecanismo de cálculo que transforma votos em cadeiras: em toda a série histórica das eleições examinadas, a esquerda sempre recebeu *menos* cadeiras do que a proporção de votos válidos obtidos. Cabe destacar que a desproporcionalidade maior no bloco da esquerda deve-se não somente aos aspectos institucionais e ao cálculo da fórmula, mas também a elementos estratégicos. O maior partido de esquerda – o PT – vem realizando coligações, e estas acentuam a distorção da representação do pólo de esquerda.

A desproporcionalidade do sistema partidário brasileiro, que beneficia os grandes partidos, impediu um maior crescimento da representação institucional do bloco de esquerda: o aumento eleitoral da esquerda não resultou em crescimento igualmente proporcional da sua bancada federal. Mas, por outro lado, deve-se destacar que na medida em que o PT e a esquerda avançaram eleitoralmente, a distorção da representação diminuiu. Isto significa concluir que os mesmos obstáculos institucionais, que por ora têm sub-representado a esquerda e sobre-representado o grupo da direita, podem vir a beneficiar a esquerda nas próximas eleições, pois esta força se encontra em processo de crescimento e sabe-se que quanto maior a força eleitoral dos partidos que compõe os blocos, menor a distorção na representação.

RESUMO:

A produção sobre eleições e partidos políticos brasileiros é vasta, mas observa-se que os resultados dos partidos, classificados a partir de um critério ideológico, não têm merecido análises exaustivas no plano das eleições proporcionais. Este artigo apresenta o desempenho dos blocos ideológicos - direita, centro e esquerda - nas eleições para a Câmara dos Deputados, no período de 1982 - 1998, por região. A pesquisa revelou uma tendência ao equilíbrio da força eleitoral dos blocos, um processo de distribuição mais equalizada da votação dos blocos nas regiões - fenômeno oposto ao da concentração, e confirmou ainda que a desproporcionalidade do sistema partidário afetou a representação política na Câmara dos Deputados, agindo no sentido de sobre-representar os partidos conservadores e sub-representar a esquerda.

Palavras chaves: Eleições Proporcionais - Câmara dos Deputados - Blocos Ideológicos - Partidos Políticos - Resultados Eleitorais

ABSTRACT:

There is a large literature about elections and Brazilian political parties, however a production from the result of the parties, classified from the ideological criteria has not received special attention in the proportional elections. This article presents a performance of the ideological blocs - right, center, left - in the election at the Chamber of Deputies, during the period from 1982 to 1998, per region. The research revealed a tendency to the equilibrium of the electoral forces of the blocs, a process of equally distributed electoral forces of the blocs in the regions against the centralization and still confirmed the disproportional of the party system that affected the politic representation in the Chamber of Deputies acting in the way to overact the conservative parties and subjecting the left ones.

Key words: Proportional elections - Chamber of Deputies - Ideological blocs - Political Parties - Elections outcome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e ideologia no eleitorado paulista: considerações sobre as eleições gerais de 1994. In: **Tipologia do eleitorado paulista**, São Paulo: Relatório FAPESP (Proc. Fapesp n. 94/1927-8), 1995.

BAQUERO, Marcelo. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 2001.

CASTELS, F; MAIR, P. Left-right political scales: some 'expert' judgements. **European Journal of Political Research**, n. 12. 1984.

KINZO, M. D. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. 1986. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAMOUNIER, B. **Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor**. São Paulo: Loyola, 1991.

LIMA JR, Olavo. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina C. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**. Rio de Janeiro, 38 (3): 497-525. 1995.

LOOSEMORE, John; HANBY, Victor J. The theoretical limits of maximum distortion: some analytic expressions for electoral systems. **British Journal of Political Science**, 4 (1):467-477, 1971.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MENEGUELLO, Raquel; MAINWARING, Scott; POWER, Timoty. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Paz e Terra: 2000.

MENEGUELLO, R. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, E. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NICOLAU, Jairo. De desproporcionalidades e reformas eleitorais. **Monitor Público**. Rio de Janeiro, 6: 37-41, 1995.

_____. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. As distorções na representação dos estados na Câmara dos Deputados brasileira. **Dados**. Rio de Janeiro, 40 (3): 441-464, 1997.

_____. **Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM. 1998.

RODRIGUES, Leôncio. As eleições de 1994: uma apreciação geral. **Dados**. Rio de Janeiro, 38 (1): 71-92, 1995.

SCHMITT, R. Multipartidarismo, competitividade e realinhamento eleitoral. In: LIMA JR., Olavo. **O sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

SIMAS, Marcelo. **Coligações em eleições proporcionais no Brasil**. 1999. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Política, IUPERJ. Rio de Janeiro.

_____. **Índice de razão de avanço**. Rio de Janeiro: mimeo, 2001.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Amaury. O sistema político-partidário. In: JAGUARIBE, H. (org). **Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOUZA, Amaury et alii. Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, IUPERJ, 40, 1985.

TAAGEPERA, R; SHUGART, Matthew S. **Seats and votes: the effects and determinants of electoral systems**. New Haven: Yale University Press, 1989.

TELLES, H.S. **Os partidos e a competição política: o desempenho do Partido dos trabalhadores nas eleições para a Câmara dos Deputados (1982/1998)**. 2003. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.